

## O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO POLÍTICO NA MÍDIA IMPRESSA

Magda Regina Lourenço Cyrre\*

**Comunicação apresentada no III Colóquio do PPG-Letras/UFRGS.**

**RESUMO:** Apresentamos neste artigo um estudo sobre o discurso dos jornais impressos, amparado na teoria da Análise de Discurso francesa. O objetivo do trabalho foi analisar o funcionamento do discurso dos jornais em matérias sobre política. Selecionamos como objeto de estudo notícias publicadas em mesma data em três jornais de grande circulação do Rio Grande do Sul quando as matérias envolviam a divulgação do mesmo tema político. Os resultados iniciais apontam para um tratamento diferenciado das matérias em cada jornal. Os textos em estudo indicam que as matérias dos jornais, por serem produtos de práticas sociais historicamente determinadas, passam por um processo de regulação de sentidos para seus leitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso – Leitura – Jornais Impressos

**RÉSUMÉ:** Nous présentons dans cet article une étude sur le discours des journaux, a soutenu la théorie de l'analyse du discours français. L'objectif de cette étude était d'analyser le fonctionnement du discours sur les questions de documents de politique. Nous sélectionnons comme un objet d'étude note publiée à la même date en trois grands journaux de Rio Grande do Sul, où les questions impliquent la divulgation de la même question politique. Les premiers résultats indiquent un traitement différent de la matière dans chaque journal. Les textes de cette étude indiquent que les matériaux de journaux, parce qu'ils sont des produits de pratiques sociales historiquement spécifiques, elles subissent un processus de régulation de significations pour ses lecteurs.

**MOTS-CLÉS:** Discours - Lecture - Journaux imprimés

O bom regime é aquele que faz os oligarcas verem a oligarquia e o demos a democracia.  
(Jacques Rancière)

### INTRODUÇÃO

Para melhor compreender o processo de apreensão do acontecimento político pela mídia impressa é necessário refletir sobre a política e o político para a sociedade. A arte da escrita e a arte política há muito tempo se somaram em busca de resultados comuns. Os jornais beneficiam-se dos acontecimentos políticos e os políticos se beneficiam das divulgações nos jornais. O elo que aproxima a política e a imprensa é a palavra. A política e o político detêm o poder das palavras assim como os jornais. As

---

\* Mestre em Teorias do Texto e do Discurso e Doutoranda em Estudos de Linguagem pelo PPG-UFRGS. É Professora Adjunta da FAPA e da UNISINOS. E-mail: magcyrre@gmail.com.

palavras carregam a legitimidade de quem as pronuncia, e, se adotadas adequadamente, como táticas, produzem efeitos reais. O poder da mídia impressa e da política está em seu discurso. Historicamente, os regimes políticos exercem controle da sociedade com mecanismos específicos de coerção, sedução ou da combinação destes. O poder de representação das mídias pode ser equiparado ao poder da própria política.

Consideramos importante o papel que a mídia exerce como mediadora entre os acontecimentos políticos e o sujeito leitor de jornal, pois é ela a responsável por levar ao leitor o conhecimento sobre os acontecimentos políticos. Todavia, como cada instituição da imprensa gaúcha apreende/compreende cada acontecimento e confere significado suscita-nos muitos questionamentos e reflexões. Percebemos que a política historicamente sempre esteve associada à palavra e, sendo assim, qualquer pessoa ou grupo que detenha a palavra e faça uso da palavra, mesmo que negue que seu discurso, seja engajado politicamente, na práxis, está ocupando um lugar político e fazendo política. A mídia impressa de nossa sociedade expõe os sujeitos leitores a uma gama de informações e de saberes veiculados em suas páginas diárias. Os jornais selecionam os assuntos políticos que virarão notícia e elaboram as matérias que conseqüentemente entrarão em discussão no dia a dia dos leitores de jornal.

Destacamos que está em jogo não apenas uma visão de mundo, mas o próprio mundo que se constrói por meio da seleção dos acontecimentos que virarão notícia. Isso nos leva a pensar sobre como a imprensa reparte os saberes que vê e ouve dos políticos? Como a imprensa representa o político e a política por meio de seu discurso? É sempre bom lembrar que quem fala fala de algum lugar na sociedade. Quem está apto a ocupar um lugar político na sociedade atual? A imprensa ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. Como a imprensa vê e divulga o que vê na política? Quem tem competência para ver e qualidade para dizer? Quem está autorizado a ocupar um espaço de dizer e está autorizado a dizer? Ao compararmos como os três impressos gaúchos – que forneceram o nosso objeto de estudo - abrem espaço e falam sobre os acontecimentos políticos que divulgam, encontramos a resposta de algumas dessas indagações. Em “sociedades de discurso” como a nossa, o papel dos jornais é conservar ou produzir discursos para fazê-los circular entre seus leitores.

A mídia impõe uma certa singularidade na maneira de escrever: uma escrita padrão. Essas práticas são impostas porque, em nossa sociedade, existe um grupo de indivíduos que se apodera dos discursos com a finalidade de retê-los, usá-los, redistribuí-los. Os impressos fazem parte desse grupo e seu papel é controlar a distribuição dos discursos em nossa sociedade. Esses discursos são acontecimentos que ganham visibilidade na materialidade dos jornais. Há distribuição não só dos lugares, mas também de tempo de visibilidade, tempo maior de exposição na mídia dos partidos políticos, conforme as coligações, mas também a questão da repartição do tempo. Em nome da igualdade, são oferecidos tratamentos diferenciados. Isso se dá, principalmente, com a ideia de planificação da linguagem, a imprensa em nome de uma homogeneização da linguagem busca tratar todos os temas de maneira igual e passa a

padronizar a linguagem. Em nome do público-alvo o qual passa a ser considerado como homogêneo, a palavra é rarefeita, limitada, censurada, controlada. Divulga-se, circula-se a notícia, mas o saber é repartido diferentemente entre as classes (leitores). Essa igualdade destrói todas as hierarquias da representação e institui a comunidade dos leitores como comunidade sem legitimidade, comunidade desenhada tão somente pela circulação aleatória das letras. Não raras vezes, as palavras sofrem a interdição que define papéis. De certa forma, os jornais impressos praticam a interdição. A mídia impressa controla a participação do público por meio de uma edição de suas falas. Essa prática em veículos de comunicação impede que as resistências se tornem visíveis. A imprensa como instituição legitimada pela história ocupa um lugar de privilégio: o espaço público em que pode produzir, entre outros, discursos sobre a política de nosso país. Ela tem seu discurso legitimado porque faz parte de uma instituição tradicional social e histórica. Mas a escrita da imprensa, ao separar o enunciado da voz que o enuncia legitimamente e o leva a destino legítimo, vem embaralhar qualquer relação ordenada do fazer, do ver e do dizer. Há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada de forma a dominar a proliferação dos discursos. Por isso, aquilo que é dito tem de, necessariamente passar por procedimentos de controle, de interdição de segregação dos conteúdos. Por serem produtos de práticas social e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas.

## **SOBRE O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Estudar o discurso de jornais significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Já que a mídia impressa, como detentora do poder de fazer-saber, pode revelar a produção de uma mercadoria para um público determinado, direcionada para produzir ou reforçar mensagens ideológicas que podem desqualificar os sujeitos do acontecimento noticiado ou enaltecê-los. Isso implica compreender tanto como os sentidos estão no texto/discurso, quanto como ele pode ser lido. Completando com as palavras de Orlandi (1998, p. 61): “O texto não é ponto absoluto de partida nem ponto absoluto de chegada”. Portanto, ao analisar o texto de jornal, não é sobre o texto que falaremos, mas sobre os discursos aí presentes. Isso acarreta trabalhar, simultaneamente, com a língua e com o interdiscurso e com todas as suas implicações ideológicas. Porque, de acordo com essa perspectiva discursiva, interpretar não é atribuir sentidos, mas “expor-se à opacidade do texto” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p. 16). Vista sob essa perspectiva, a análise do texto/discurso de jornal é uma atividade complexa que não se limita ao texto, ela traz para si uma exterioridade. Já que a produção da mercadoria-notícia, como processo de atualização dos acontecimentos para produzir um discurso

ideológico, também pode (re)velar uma articulação de níveis simbólicos que produz mitos e preconceitos sobre algumas personalidades ou movimentos sociais.

Observamos que, conforme ocorre a cobertura jornalística da imprensa a determinados acontecimentos políticos, por exemplo, há uma repercussão espetacular. Com isso, percebemos que a mídia impressa, com sua Formação Discursiva específica e sua Formação Ideológica e posições-sujeito, tem o poder de não só selecionar os acontecimentos políticos por meio das matérias que são noticiadas, mas também de atualizar os sentidos veiculados para atender a interesses ou a necessidades de consumo do público leitor. A mídia impressa molda e constrói os efeitos de sentidos sobre o acontecimento político que noticia, no momento em que dá um tratamento especial à linguagem empregada para compor a notícia. A materialidade linguística passa por um processo de apagamento de marcas formais de subjetivação.

Esse processo de organização da atividade jornalística torna o jornal e a notícia uma mercadoria. Isso com base no conceito marxista de fetichismo da mercadoria, o qual afirma que esta esconde em sua aparência sedutora as relações sociais de produção e o sofrimento dos próprios produtores dessa mercadoria (os trabalhadores e sua alienação no processo de produção) e que estes são fatores da essência da sociedade capitalista. Se relacionarmos o processo de apreensão do acontecimento político e sua transformação em acontecimento noticioso, perceberemos que na prática de produção da notícia também estão presentes esses fatores que determinam a notícia e o seu veículo como uma mercadoria.

Acreditamos, assim como Adorno e Horkheimer (1985), que o gesto de produção da notícia da grande imprensa, na sociedade capitalista e neoliberal moderna, pertence à esfera da indústria cultural. Sendo assim, desde o modo como são produzidas as notícias até o teor do discurso jornalístico, os grandes jornais passam a ser importantes difusores ideológicos. A produção da notícia, como mercadoria que precisa ser vendida e, portanto, atender aos desejos do público-consumidor-leitor, decide a direção dos sentidos que evocará, dessa forma, pensamos que a seção de política dos jornais manifestaria de forma mais explícita as formações ideologias dos sujeitos envolvidos no espetáculo criado pela imprensa. Segundo Orlandi (1998, p. 16): “a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para mobilizá-la”. Daí, passamos a investigar como os sentidos são apresentados e como são construídos os acontecimentos nos periódicos gaúchos.

## IMPRESSOS E INFORMAÇÃO

A mídia impressa de modo geral busca passar para seus leitores uma imagem de racionalidade, de objetividade e de compromisso com a verdade. Mas essa imagem é obtida com o tratamento que é dado à notícia. Esse tratamento inicia na seleção do que será noticiado. Arnt (2006) ressalta que a seleção das notícias sempre foi considerada um aspecto negativo da imprensa pelos críticos – o jornal sendo acusado de decidir aleatoriamente o que é noticiável, de parcialidade na escolha dos acontecimentos e de

unilateralidade nas versões. No entanto, hoje, a seleção da informação torna-se o trunfo do jornal impresso dentre as infinitas possibilidades de acesso digital e em meio ao bobarдео de informações fragmentadas e descontextualizadas que o imediatismo do *on-line* fez surgir com os jornais da internet atualizados a cada minuto. Arnt (2006) reconhece que o jornal impresso é um meio que seleciona – com as imperfeições inerentes a toda escolha – e que o jornal impresso assume o papel de fazer uma recorte possível dos acontecimentos da sociedade e que o oferece contextualizado e com maior qualidade editorial ao leitor.

Em relação a isso, Hérís Arnt salienta que:

o potencial do jornalismo impresso, na sociedade contemporânea, cada vez mais, está ligado a sua credibilidade, sua ética em última instância. A função ética do jornal confunde-se com a própria função da informação. A nortear os parâmetros éticos dos jornais, existe todo um sistema de avaliação que nasceu com a própria imprensa, baseado num instrumental de novas versões do fatos na edição seguinte, desmentidos, erratas, correspondência dos leitores, notas da redação. Estes mecanismos podem ser muito sutis, e aparentemente pouco importantes, mas são da essência do jornalismo. (ARNT, 2006, p. 235-236)

Essas questões abodadas por Arnt (2006) apontam para a importância da linha editorial do jornal, já que as posições político-sociais assumidas serão, cada vez mais, determinantes na escolha sobre o que publicar. Em vista disso, o problema que se apresenta para a sociedade leitora está na possibilidade, ou não, de identificação, avaliação e validação dos fatos que são veiculados pelos canais impressos; na possibilidade, ou não, de percepção das formas de interpretação dadas aos fatos. Reconhecer os procedimentos empregados para direcionar uma interpretação de fatos é importante para uma interpretação eficiente. A grande questão para se pensar é como identificar qual a linha editorial adotada por um jornal, qual as posições político-sociais assumidas, quando há insistentemente nas estratégias de *marketing* dos mais diferentes impressos a defesa de compromissos com a neutralidade, a imparcialidade e a negação de comprometimento com posições político-sociais? Podemos comprovar essa dificuldade em determinar qual a posição ideológica adotada pelos jornais gaúchos os quais forneceram nosso objeto de análise se observarmos alguns enunciados publicados em seus manuais ou pelos próprios *sites* de divulgação dos jornais: “*Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma facção*” (CORREIO DO POVO, 2009); “*...é a melhor opção para o leitor gaúcho informar-se com qualidade, através de um jornal moderno e imparcial*” (O SUL, 2009); “*Comprometidos com os valores assimilados por sociedades civilizadas e decididos a informar com isenção, responsabilidade e independência,.....*” (ZERO HORA, 2009).

Em vista disso, o sujeito leitor de jornal cada vez mais precisa dispor de mecanismos de observação que possam trazer condições para que a mídia impressa seja mais responsável em relação ao seu público leitor. Christofolletti (2002) afirma que o leitor pode exercer sua cidadania diante das páginas do jornal que tem nas mãos. O leitor precisa converter-se em cidadão e defender seus direitos de cidadão, como um sujeito consumidor de informação que tem direito a textos com qualidade técnica e

ética. Pois, “o leitor imperfeito não sabe que têm direitos, e, quando está ciente de sua condição, ignora quais são estes direitos” (p. 261). Para isso, a sua leitura precisa ser atenta e interdiscursiva, seu olhar deve vincular os fatos locais com os globais, articulando eventos do passado e refletindo sobre acontecimentos potenciais. E diz que “para isso, basta uma certa dose de senso crítico, aliada a alguma memória, e abastecida continuamente com mais informações” (p. 262).

No entanto, a sociedade ainda precisa acabar com alguns mitos para que o sujeito-leitor possa transformar-se em cidadão leitor crítico e passe a ocupar o seu lugar na sociedade. Antes, é necessário acabar com a crença da imparcialidade e da isenção da imprensa. Em vista disso, é fundamental que os sujeitos-leitores disponham de formas para avaliar as notícias que leem nos jornais que assinam.

### **PRÁTICAS PARA A REGULAÇÃO DOS SENTIDOS DA MERCADORIA NOTÍCIA**

Em “sociedades de discurso” como a nossa, o papel dos jornais é conservar ou produzir discursos para fazê-los circular entre seus leitores. Segundo Foucault (2007), o ato de escrever, tal como se apresenta em nossa sociedade, institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, pode ser visto como pertencente a uma sociedade de discurso que se caracteriza, talvez, pela difusão, mas que não deixa de ser coercitiva. Essa coerção se liga às práticas linguísticas como, por exemplo, da mídia que impõe certa singularidade na maneira de escrever: uma escrita padrão e usa outros recursos por meio de imagens que não são compreensíveis a uma grande parcela da população. Essas práticas são impostas porque, em nossa sociedade, existe um grupo de indivíduos que se apodera dos discursos com a finalidade de retê-los, usá-los, redistribuí-los. Os impressos fazem parte desse grupo e seu papel é controlar a distribuição dos discursos em nossa sociedade. Esses discursos são acontecimentos que ganham visibilidade na materialidade dos jornais ou não, quando há apagamentos pela não divulgação. Há distribuição não só dos lugares, mas também de tempo de visibilidade. Em nome da igualdade, são oferecidos tratamentos diferenciados. O mesmo acontece com a escrita: “circulando por toda parte, sem saber a quem deve ou não falar, a escrita destrói todo fundamento legítimo da circulação da palavra, da relação entre os efeitos da palavra e as posições dos corpos no espaço comum” (RANCIÈRE, 2009, p.17). Isso se dá, principalmente, com a ideia de planificação da linguagem, a imprensa em nome de uma homogeneização da linguagem busca tratar todos os temas de maneira igual e passa a padronizar a linguagem. Em nome do público-alvo o qual passa a ser considerado como homogêneo, a palavra é rarefeita, limitada, censurada, controlada. Em vista disso, a imprensa transmite para os leitores mais ingênuos a falsa ideia de que publica somente informação, sem interpretação. No entanto, de acordo com os pressupostos da Análise do Discurso, podemos afirmar que não existe linguagem neutra, isenta de opinião. A materialidade linguística empregada na elaboração de cada texto de jornal, por mais apagamentos da subjetividade que possa conter, encerraria a

opinião, a posição de quem escreveu a matéria. O simples fato de um jornal noticiar um assunto e não outro já demonstra que a imprensa tem o poder de escolher o que seus leitores devem ou podem ler. Em *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (2003), temos que a imprensa há muito tempo era utilizada como forma de pressionar ideologicamente o povo para submeter-lhe às leis e a inibir o crime:

A fim de desacreditar os contrabandistas, a '*Compagnie des Fermes*' publicava 'boletins' contando os crimes deles (sic): em 1768, contra um certo Montagne que estava à frente de um bando, ela distribui folhetins de que diz o próprio redator: *foram-lhe atribuídos alguns roubos cuja verdade é bastante incerta...; representaram Montagne como uma besta feroz, uma segunda hiena que tinha que ser caçada; como as cabeças no Auvergne andavam quentes, a idéia pegou.* (FOUCAULT, 2003, p. 54-55)

Se há séculos atribui-se à imprensa o poder de influenciar o povo é porque talvez ela tenha esse poder. Em vista disso, fica a pergunta: como a imprensa gaúcha faz circular acontecimentos noticiosos sobre política? A notícia é tratada como mercadoria e interpretada antes de ser publicada – conduzindo o leitor para que ele chegue às conclusões de que o órgão de imprensa quer que ele chegue? Qualquer mudança na materialidade linguística empregada para compor o texto produz diferentes efeitos de sentido. Segundo Erman (2008), a linguagem mediatiza, organiza e hierarquiza as relações humanas. Além disso, “a palavra pode ser utilitária e desprovida de qualquer alcance ético, servindo para constranger, seduzir, manipular, isto é, para exercer uma violência a partir de um desejo de dominação” (p. 12). Para Foucault (2007), o modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído é reforçado por um conjunto de práticas. Essas práticas são consideradas por Foucault (2007) como técnicas de rarefação dos discursos. Entre as principais técnicas de rarefação do discurso, destacamos o comentário e o controle dos sujeitos que falam. O comentário permite construir indefinidamente novos discursos. Permite dizer algo além do texto mesmo, nas palavras de Foucault:

O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 2007, p. 25)

Em resumo, para Foucault (2007), o novo não está no que é dito no comentário, mas no acontecimento de sua volta. Se associarmos as palavras de Foucault aos escritos de Courtine (2006), veremos que o discurso da imprensa trabalha com o discurso repetido, mas, a cada volta, a repetição não é mesma. O comentário re-atualiza outros saberes e produz novos efeitos de sentido. Em relação ao controle dos sujeitos que falam para Foucault, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de

impor aos indivíduos que os pronunciam as palavras certo número de regras e assim de não permitir que todo mudo tenha acesso à palavra.

Rarefação dos sujeitos que falam [...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. A rarefação reduz a uma só figura todas as coerções do discurso: limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. O **ritual** define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; define os gestos, os comportamentos; as circunstâncias e todo conjunto de signos que deve acompanhar o discurso [...] (FOUCAULT, 2007, p. 39, grifo do autor)

Ao se realizar a leitura de impressos é importante observar: quem é que foi autorizado a entrar na ordem do discurso e a dar o seu depoimento; quem é que foi autorizado a fazer um comentário sobre o acontecimento noticiado; que tipo de comentário foi feito.

## A PRÁTICA DISCURSIVA NA IMPRENSA GAÚCHA

O conceito de discurso engloba, essencialmente, a relação com a história e com a ideologia e é por meio das condições de produção que os sentidos são construídos e materializados na e pela linguagem, tendo em vista que elas se referem ao sujeito e à situação, portanto, à exterioridade. Por isso, é necessário lembrar que os três jornais dos quais foram extraídos os recortes para análise também possuem cada um a sua história<sup>1</sup> e podem talvez representar Formações Ideológicas diferentes. Em vista disso, os sujeitos jornalistas de cada jornal estariam sujeitos a condições de produção diferenciadas ao elaborar cada matéria jornalística. Por isso, os sentidos nunca são únicos e apesar do discurso jornalístico se construir na ilusão de uma suposta escritura sem opinião os sentidos não são fixos e nem transparentes. Eles são determinados pelo lugar que o sujeito ocupa no processo de interlocução discursiva, uma vez que uma mesma palavra pode trazer em si inúmeros sentidos possíveis, dependendo daquilo que pode ou não ser dito em cada momento sócio-histórico e ideológico vivido pelo sujeito. Segundo Orlandi (2005), as condições de produção envolvem dois fatores: os sujeitos e a situação e podem se referir em um sentido *stricto*, que estaria relacionado com as situações de enunciação, ou em um sentido *lato*, que remeteria ao contexto sócio-histórico-ideológico. Assim, as condições de produção, que fazem parte da exterioridade, constituem um fator importante para a produção dos sentidos, uma vez que os determinam.

---

<sup>1</sup>O jornal *Correio do Povo* recentemente foi comprado pela Rede Record pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus; O jornal *Zero Hora* foi fundado em 1964 com o propósito de servir de porta-voz do Regime Militar; e o jornal *O Sul*, fundado em 2001, nasceu com o compromisso de ser um jornal isento, segundo a sua *Home Page* na internet.

Apresentamos a seguir três recortes extraídos de três jornais gaúchos, publicados em mesma data sobre o mesmo assunto político. Os recortes selecionados representam como três jornais gaúchos transformaram em notícia a fala da Governadora Yeda Crusius proferida no dia 03 de julho de 2007, no *Programa Conversa com a Governadora* da Rádio do Palácio Piratini. Ao ser perguntada por que [governadora] não sancionaria o pedido de aumento feito pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado a governadora respondeu: “*Se não tem, não adianta, que dinheiro não cai da árvore*”. As palavras da governadora foram essas, mas como os três jornais discursivizaram a sua fala e regularam as possibilidades de interpretação oferecidas aos leitores de cada jornal foi realizada de forma diferente.

Recorte 1 – “A Governadora criticou pedido de recursos do legislativo alegando que ‘dinheiro não cai da árvore’”. (*Zero Hora* – Quarta-feira, 4 de julho de 2007, p. 8)

Recorte 2 – “Yeda ironiza pedido da Assembléia e diz que ‘dinheiro não nasce em árvore’”. (*Correio do Povo* - Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007)

Recorte 3 – “Se a governadora conhecesse a fundo os projetos de arranjo florestal e sua implantação no Rio Grande do Sul, perceberia que, aqui, o dinheiro pode sim, ‘dar em árvores’”. (*O Sul* – Flávio Pereira – Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007)

Encontramos em cada recorte selecionado diferenças na materialidade linguística empregada para compor cada matéria. O uso de diferentes materialidades faz emergir saberes diferenciados e produz diferentes efeitos de sentido conforme veremos nas análises abaixo:

Recorte 1 – “A Governadora criticou pedido de recursos do legislativo alegando que ‘dinheiro não cai da árvore’” (*Zero Hora* – Quarta-feira, 4 de julho de 2007, p. 8). Os efeitos de sentidos criados por esse recorte atualizam os seguintes saberes: a) “A Governadora *criticou* pedido de recursos do legislativo (...)”, o uso do sintagma verbal *criticou* atualiza que um político (a governadora) está exercendo o direito de expressão legalmente num estado democrático. O político está criticando um pedido que julga indevido, inapropriado para o momento. Salientamos que quem faz a crítica é a governadora ao pedido de recursos do legislativo, não são os políticos que fazem parte do legislativo que são criticados, mas o pedido de recurso. b) “(...) *alegando que ‘dinheiro não cai da árvore’*”, observamos que a forma de introduzir o comentário da fala da governadora por meio do verbo dicendi: “alegando que” atualiza outros saberes que não estavam expressos no momento de suas declarações primeiras no programa de rádio do dia anterior. Alegar atualiza a exposição de sua fala como um pretexto para justificar a sua posição de negar a liberação de verbas para o legislativo. O comentário introdutório de sua fala traz junto a notícia que está sendo veiculada para os leitores e a opinião do jornal que enfatiza a fusão de dois ditos populares enunciados pela governadora: dinheiro não cai do céu e dinheiro não nasce em árvores. Ou seja, segundo o jornal a justificativa para a negativa é esta: não há de onde extrair os recursos solicitados.

Recorte 2 – “Yeda ironiza pedido da Assembléia e diz que ‘dinheiro não nasce em árvore’” (*Correio do Povo* - Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007). Os

efeitos de sentidos criados por esse recorte atualizam os seguintes saberes: a) “Yeda ironiza pedido da Assembléia (...)”, o uso do sintagma verbal *ironiza* atualiza que um político irônico está exercendo o uso do direito de expressão em um estado democrático, mas ao mesmo tempo está sendo debochado, desrespeitoso com os que fizeram o pedido. Isso é enfatizado ao nominar quem ironizou: Yeda. Há um apagamento da função exercida por Yeda: governar; e o destaque para a forma como ela tratou o pedido da Assembleia, dos políticos que integram a Assembleia Legislativa: ironicamente. Com isso, a imagem do político que é mostrada para os leitores é de uma mulher que ironiza pessoas e não uma Governadora que avalia uma solicitação e considera fora de propósito tal pedido de aumento de recursos pelos políticos da Assembleia Legislativa do estado. b) “(...) e diz que “dinheiro não nasce em árvore”, observamos que a forma de introduzir a fala da governadora por meio do verbo dicendi: “diz que” atualiza a ideia de veracidade do que será enunciado. A fórmula – diz que e logo depois o que foi dito entre aspas – visa garantir a autoria e a autenticidade do dito. No entanto, apesar do uso das aspas, o jornal *Correio do Povo* não reproduz literalmente as palavras da governadora. No programa de rádio ao vivo, ela disse que “dinheiro não cai da árvore”, misturando dois ditos populares (dinheiro não cai do céu e dinheiro não nasce em árvore). Porém, o jornal editou a sua fala e atualizou apenas um dos ditos populares: dinheiro não nasce em árvore.

Recorte 3 – “Se a governadora conhecesse a fundo os projetos de arranjo florestal e sua implantação no Rio Grande do Sul, perceberia que, aqui, o dinheiro pode sim, ‘dar em árvores’” (*O Sul* – Flávio Pereira – Porto Alegre, quarta-feira, 4 de julho de 2007). O uso do condicional “se” e dos sintagmas verbais “conhecesse” no pretérito imperfeito do modo subjuntivo e “perceberia” no futuro do pretérito do indicativo modalizam e relativizam os conhecimentos da governadora, em relação ao seu pronunciamento na rádio no dia anterior. O articulista do jornal *O Sul* desloca a expressão usada pela governadora “dinheiro não cai da árvore” para pode sim “dar em árvores” e traz aos leitores um novo cenário discursivo. Nesse cenário, a governadora é representada como uma pessoa desinformada que desconhece a economia do Estado. A expressão entre aspas “dar em árvores” dialoga com “não cai da árvore” mas, para trazer outros saberes, para contrapor o que a governadora afirmou na rádio com a realidade de uma área econômica do estado. Ao parodiar a fala da governadora, o jornalista ironiza não só as palavras usadas pela governadora como também a sua pessoa. O jornalista expõe e atualiza aspectos que não estavam em discussão na rádio, a discussão não envolvia os programas de reflorestamento do estado. Além disso, silencia as condições de produção da fala da governadora.

Os efeitos de sentido criados pelo Recorte 3 são efeitos diferentes dos produzidos pelos Recortes 1 e 2. Com isso, constatamos que os saberes atualizados pelos discursos de cada jornal não são os mesmos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo está apenas no começo e consideramos prematura qualquer conclusão definitiva. No entanto, foi possível perceber que com esse objeto de análise as diferenças na materialidade linguística empregada para noticiar a fala da governadora pelos jornais podem ser atribuídas ao tratamento dado à notícia. Nesse caso, é possível sim afirmar que a imprensa interpretou os fatos antes de vender a notícia para o público-leitor consumidor de jornal.

Por meio das análises dos três recortes apresentados anteriormente, observamos que a mercadoria notícia recebeu diferentes tratamentos pelos órgãos de imprensa local. Temos como hipótese que isso ocorreu porque há sempre batalhas discursivas movendo a construção dos sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada de forma a dominar a proliferação dos discursos. Por isso, aquilo que é dito tem de, necessariamente passar por procedimentos de controle, de interdição de segregação dos conteúdos. Por serem produtos de práticas sociais e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer. Não raras vezes, as palavras sofrem a interdição que definem papéis e definem o que pode e deve ser dito. De certa forma, os jornais impressos praticam a interdição. A mídia impressa controla a participação do público por meio da edição de suas falas. Essa prática em veículos de comunicação impede que as resistências se tornem visíveis. A imprensa como instituição legitimada pela história ocupa um lugar de privilégio: o espaço público em que pode produzir, entre outros, discursos sobre a política de nosso país. Quanto ao dito popular: “dinheiro não nasce em árvore” proferido por Yeda Crusius no Programa Conversa com a Governadora, da Rádio do Palácio Piratini em 03 de julho de 2007 e que foi transformado pela governadora em “dinheiro não cai da árvore”, aparece nos três jornais com escrita diferente, mas, mesmo assim com o uso de aspas, indicando a atribuição dessas palavras à governadora. Isso comprova que pelo menos nessa situação os jornais impressos editam a materialidade linguística e regulam o aparecimento dos sentidos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARNT, Hérís. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. In: HOHLFELD, Antonio; BARBOSA, Marialva (Orgs.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 223-238.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Do leitor imperfeito ao cidadão mais-que-perfeito: um ano do sítio monitor de mídia. In: HOHLFELD, Antonio; BARBOSA, Marialva (Orgs.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 260-274.
- CORREIO DO POVO. Yeda ironiza pedido da Assembléia e diz que “dinheiro não nasce em árvore. Porto Alegre, ano 113, n. 303, p. 5, 04 jul. 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

ERMAN, Michel. As ambigüidades da fala política. *Conexão Letras. História, linguística & literatura*. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 3, n. 3. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 11-18, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. 27ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 15ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HISTÓRIA *O Sul*. Disponível em: <<http://www.redepampa.com.br/novo/inicial.php?secao=2&evento=2&idnoticia=297&PHPSESSID=5pg1rfc74ou2kr7k4f0gj8tc97>>.

Acesso em: 16 nov. 2009.

HISTÓRIA *Zero Hora*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/zero\\_hora](http://pt.wikipedia.org/wiki/zero_hora)>.

Acesso em: 16 nov. 2009.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Análise do Discurso, princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

O SUL. Se a governadora conhecesse a fundo os projetos de arranjo florestal e sua implantação no Rio Grande do Sul, perceberia que, aqui, o dinheiro pode sim, “dar em árvores”. Porto Alegre, ano 7, n. 2624, p. 8, 04 jul. 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

ZERO HORA. A Governadora criticou pedido de recursos do legislativo alegando que “dinheiro não cai da árvore”. Porto Alegre, ano 44, n. 14.401, 2ª Ed., p. 8, 04 jul. 2007.